

Fiesp prevê paralisação do setor em 87

São Paulo — O Brasil não tem mesmo condições de saldar os serviços da dívida externa. Entretanto, não suportaria as duras consequências da decretação da moratória unilateral, concluíram ontem, os integrantes do Conselho Superior de Economia da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que se reuniram para preparar novo conjunto de sugestões ao governo, de modo a evitar o que classificaram de "iminente paralisação total do setor produtivo".

Para o vice-presidente do Conselho, o empresário Cláudio Bardella, o termo moratória foi mal-empregado pelos jornais. "Pelo que entendemos, o governo estaria preparando-se para uma solução negociada e não para uma moratória, o que caracterizaria um confronto. Acho mais saudável, e possível chegar a um bom termo através de negociação com os credores", sugeriu.

Na prática, porém, na visão de

Walter Saccà, diretor do Departamento de Economia da Fiesp, o país "já vive em estado de moratória", pois deve e não está conseguindo pagar. "Não tem esse negócio de moratória técnica: ou paga e está em dia com os credores, ou então não paga e está em mora", completou Saccà, que apresentou-se como porta-voz do Conselho de Economia.

Além deles, participaram da reunião o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, o presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, da Sociedade Rural, Flávio Telles de Menezes, do Banco Itaú, Olavo Setúbal, do Grupo Ultra, Paulo Cunha, o economista, José Roberto Mendonça de Barros, o presidente do Mappin, (Casa Anglo-Brasileira), Carlos Antônio Rocca e outros.

Todos propuseram uma negociação que impeça a volta da recessão, já iminente, sendo um de seus principais sintomas as dificuldades de importação de

matérias-primas, seja por falta de divisas, seja por causa das precauções dos organismos mundiais de financiamento às importações brasileiras. O problema já está provocando uma sensível retração no nível da atividade econômica nos meses de janeiro e fevereiro.

Por isso, a Fiesp vai preparar um novo documento com propostas econômicas ao governo, destacando-se a volta da correção monetária para os contratos com menos de 12 meses de prazo (é só o que falta para que toda a economia seja indexada), regularização das importações de componentes, sob o risco de uma paralisação de toda a atividade produtiva, uma política de preços que garanta menor intervenção do estado na sua regulamentação, com controle apenas dos produtos oligopolizados, monopolizados e alguns básicos e a volta dos juros pós-fixados, como forma de acabar com a expectativa inflacionária.